

## UMA GRANDE HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E LIBERDADE

FUNES, Eurípedes. *Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2022. 495 p.

Como se comenta um clássico? Foi essa minha questão e meu dilema ao longo dos dias em que me debrucei sobre esse texto. O livro de Eurípedes Funes é mais que bem-vindo; foi muito esperado por tantos quantos percorrem as veredas dos estudos acerca das experiências da escravização no Brasil e, de modo particular, os que se debruçam sobre as trajetórias de luta e de reinvenção da vida das comunidades quilombolas em nosso país.

Editado em Fortaleza (CE) pela Plebeu Gabinete de Leitura que, além de belas imagens e mapas, ainda fez uma indispensável capa dura para abrigar suas quase 500 páginas. Isso garantiu não apenas uma bela apresentação, mas, sobretudo, o conforto no manejo regular de uma obra que, antes mesmo de ser livro, já era uma referência intensamente

consultada e profusamente citada. Dividido em seis capítulos, *Nasci nas matas, nunca tive senhor* nos remete para a importante tese de doutorado defendida em 1995, na Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação de Eni Mesquita Samara.

Contudo, saibam que o livro é muito mais que a tese. Além de um *Post-Scriptum* do autor, ainda devemos registrar os densos textos de Flávio dos Santos Gomes (“De paisagens mocambeiras”) e de João José Reis (“Onde existiu a escravidão, a resistência escrava floresceu”) que abrem a obra. Eles são valiosos para a leitura do trabalho porque, cada um a seu modo, descortinam importantes dimensões dos temas e problemas que o livro levantou no seu tempo, seu lugar na historiografia e ainda nos oferecem um

panorama do cenário historiográfico das últimas décadas no qual as reflexões de Funes desempenham papel singular. Já voltaremos a isso.

Antes de ir adiante, importa também mencionar que Eurípedes Funes é professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e autor de dezenas de capítulos, artigos e livros sobre o tema, com experiência nacional e internacional, além de ter colaborado com construção de laudos sobre terras quilombolas em Santarém (2004), Alto Trombetas (2000) e Área das Cabeceiras (1999). Desde 2000, ele tem se dedicado, de modo mais sistemático, a abrir novos caminhos de investigação para iluminar as experiências negras no Ceará. Trata-se, portanto, de um pesquisador comprometido com a consolidação desse campo temático e com a formação de pesquisadores e pesquisadoras que atuem na mesma chave de produção, reflexão e ação política.<sup>1</sup>

---

1 Funes, entre outros registros de atuação política, foi um dos fundadores do Movimento de Defesa da Amazônia, uma das primeiras iniciativas da Universidade Federal do Acre nessa chave de ação. Esse foi um dos motivos pelo qual recebeu o Prêmio Chico Mendes Florestania, concedido pelo governo daquele estado em 2011. Também é preciso registrar as muitas articulações que o pesquisador realizou em campo com diversas organizações do movimento negro e quilombola do Pará,

A referência que fiz à pesquisa sobre a presença negra no Ceará não é diletante e tampouco recente na trajetória acadêmica de Funes. De modo muito significativo, o interesse de investigação sobre comunidades quilombolas foi despertado quando ele, recém-chegado ao Ceará em meados da década de 1980, intrigou-se com a ideia, recorrentemente reproduzida na memória local, sobre a inexistência de gente negra ali. Inconformado, saiu em campo e foi assim que conheceu a comunidade de Conceição dos Caetanos.<sup>2</sup> Lá, uma declaração de D. Antônia, uma de suas matriarcas, foi impactante: “negro sem terra é escravo”.

O jovem pesquisador foi mobilizado pela potência daquela fala. Nascido em Igarapava (SP) e vindo de quase uma década experiência docente na Universidade Federal do Acre (UFAC), foi se organizando na perspectiva de construir um trabalho sobre comunidades quilombolas que tivesse a terra como referência de

---

tais como a Associação Cultural Obidense (ACOB), o Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA) e a Associação Comunitária dos Negros do Quilombo do Pacoval de Alenquer (ACONQUIPAL).

2 Localizado no município de Tururu (CE), o Quilombo Conceição dos Caetanos foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em 2004.

liberdade. Lembro aqui que, nesse momento histórico, ainda não havia reconhecimento de terras/territórios quilombolas. A motivação de pesquisa de Funes era pertinente, oportuna e ia ao encontro dos anseios que animavam lutas que veríamos consolidadas na (e a partir da) Constituição Federal de 1988. Os tempos eram outros.

Com essas ideias na cabeça, o professor andarilho compartilhou suas inquietações de pesquisa com uma turma de alunos de História em Santarém (PA), que lhe contaram histórias extraordinárias sobre as comunidades da região. Foi quando a vida dele se enredou com as trajetórias dos mocambeiros da Amazônia; foi levado até o rio Curuá e foi lá que se “apaixonou à primeira vista”, como ele mesmo diz, pela comunidade do Pacoval, situada no município de Alenquer (PA). Ainda assim, Funes considerou a possibilidade de elaborar um trabalho comparando Conceição dos Caetanos e Pacoval, mas o volume da investigação amazônica o arrastou por outras veredas. Creio que, agora, estamos no lugar exato onde a história épica deste livro começa de verdade.

Recuperar contextos históricos, inquietações iniciais, trajetórias e

eventuais vicissitudes da pesquisa são elementos que nos ajudam a dimensionar o trabalho de investigação realizado, suas idas e vindas e, sobretudo, os modos do seu “fazer” na medida mesmo em que tais condições modulam o olhar do pesquisador. Tudo isso nos permite enxergar a obra de Funes em uma dimensão ampliada para além do registro formal da inflexão historiográfica que produziu e que ajudou a consolidar os estudos sobre comunidades quilombolas no Brasil.

Trata-se de um trabalho alentado e solidamente assentado em ampla pesquisa de campo, além de um rico e variado conjunto documental, que incluiu a documentação oficial manuscrita da província do Grão-Pará guardada no Arquivo Público do Pará, entre elas, as correspondências dos comandantes militares do Baixo Amazonas e da Secretaria de Polícia, documentação dos cartórios de Santarém, Óbidos, Vila de Curuá e Alenquer e do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), acervos paroquiais de Sant’Ana de Óbidos e de Santo Antônio de Alenquer.

Não podemos esquecer o volumoso material impresso formado pelos relatórios de presidentes da província, anais da Assembleia Legislativa e

coleções de leis, além dos relatos de viajantes e jornais. Importa ainda relevar as entrevistas quilombolas/mocambeiras, que constituem o coração do trabalho: são 14 no Pacoval; cinco no Trombetas; três no Cuminá-Erepecuru. Existem ainda dois depoimentos de não remanescentes colhidos em Alenquer e na Vila Curuá.

Ao todo, estamos falando de 24 falas formalizadas e compiladas para uso sistemático no livro. Contudo, não há como deixar de notar, pela própria narrativa do texto que temos em mãos, que, certamente, foram elas permeadas por dezenas de outras não contabilizadas, aquelas conversas informais à beira dos igarapés, nas casas de farinha, nas festas, nas caminhadas até as roças ou durante numerosas refeições compartilhadas. Essas tantas outras falas, permeadas por afetos em mútua construção, devem ter ajudado a oferecer contornos novos às perguntas que orientavam o autor nas entrevistas e nos diferentes arquivos. Esta me parece uma nota relevante para pesquisadores e pesquisadoras que trabalham com História Oral. Não estamos, tão somente, diante de “informantes” ou, mais modernamente, “colaboradores”. Como bem

definiu Funes, são “narradores e amigos” que contam histórias de si e dos outros.

A simples menção à documentação que sustenta o trabalho ilumina questões relevantes do ponto de vista teórico e metodológico. À partida, sua variedade nos aponta para a necessidade do manejo de diferentes técnicas de trabalho necessárias para dar conta de suportes documentais distintos e fontes diferenciadas entre si. Uma segunda questão que emerge é a necessidade de articulação com outras áreas do conhecimento para abordar a complexidade das histórias de liberdade que se desenhavam ali. Assim, o livro ganha ainda mais densidade pelo rigoroso uso que Funes fez das possibilidades de investigação abertas, em diálogo com a Antropologia e com a Sociologia, só para mencionar duas disciplinas indicadas pelo autor.

Por fim, mas ainda não por último, é preciso chamar a atenção para o fato de que o próprio tema era inédito na historiografia, especialmente quando abordado para iluminar as experiências com a posse da terra na construção de identidades nas comunidades mocambeiras. Nunca é demais sublinhar que estamos diante de gerações de populações

quilombolas que nasceram nas matas e que jamais conheceram a experiência da escravização. São comunidades de enorme longevidade, que expressam histórias complexas de ocupação da terra e que ainda elaboram manejos sofisticados de uso de seus territórios. Além de analisar o processo de constituição das comunidades mocambeiras, investigar modalidades de suas existências, o livro ainda avança o olhar para alcançar as interações /conexões dessas comunidades com as populações indígenas e comunidades negras do Suriname (*Bush Negroes*). Sequer precisaria notar (mas noto) que isso reposiciona ideias estanques de fronteiras, sejam regionais ou nacionais, o que nos aponta para outras concepções de terras/territórios.

A região estudada por Eurípedes Funes se constituiu, desde o primeiro quartel do século XIX, como uma fronteira quilombola e, hoje, ali estão localizados os mais importantes quilombos do oeste paraense. Uma Amazônia negra, como diz Funes, ou ainda, uma “floresta enegrecida” já no século XIX, como a definiu Flávio Gomes.<sup>3</sup> Em suma,

---

3 Flávio dos Santos Gomes, *A Hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (sécs. XVIII e XIX)*, São Paulo: EDUNESP; Polis, 2005, p. 49.

estamos diante de um trabalho pioneiro – de muitas maneiras – sobre o campesinato negro na Amazônia.

O livro se abre, formalmente, com uma Introdução chamada “Desatando a igarité”, onde Funes detalha processos relacionados à construção do tema e do problema de pesquisa, apresenta-nos o oeste paraense e, sobretudo, a comunidade do Pacoval. Também faz um balanço historiográfico ao tempo que aproveita para discutir seu processo de pesquisa e sua metodologia de trabalho em campo. O primeiro capítulo “Da África à Amazônia” situa o/a leitor/a na Amazônia, lida e abordada de modo mais ampliado e dá conta dos fluxos e trajetórias da chegada de africanos na região. É um capítulo em que se retorna ao século XVII e XVIII para entender as dinâmicas da economia local e, por conseguinte, os mundos do trabalho escravo indígena e africano. É quando se apresenta a conformação demográfica do oeste paraense na perspectiva da presença de escravizados nas propriedades locais. Bastante documentado, o autor expõe um panorama rico e variado como, por exemplo, questões relacionadas à vida familiar, festas e celebrações, castigos e fugas.

É a partir do capítulo “Buscando águas bravas” que leitores e leitoras são, definitivamente, desembarcados no universo das comunidades mocambeiras do oeste paraense. Logo estamos diante de um texto vívido, que trata da constituição das comunidades mocambeiras. Não apenas as histórias de sua formação, mas as das batalhas contra as forças locais que agiam para sua destruição. É aqui que aparece, com vigor, os muitos laços que conectavam quilombolas entre si e também aos contextos locais. Os capítulos seguintes “Derrotados sim, destruídos não” e “Nasci nas matas, nunca tive senhor” constituem o ponto alto da investigação, permitem acompanhar trajetórias e contextualizar a longevidade e a historicidade de tais comunidades. É hora de ouvir. E de aprender. “Pacoval dos mocambeiros, do Marambiré, do Contra Veneno” era, originalmente, a conclusão da tese. Hoje se anuncia como um “mapa-convite”, tomando emprestada a expressão de Flávio Gomes no texto de abertura do livro. Por fim, como já havia mencionado, o livro fecha com um importantíssimo “*Post Scriptum*” que nos recoloca, sem rodeios, na complexidade das lutas da região no tempo presente.

Situar o trabalho de Funes na historiografia brasileira é tarefa relativamente fácil. Como já disse, o tempo da tese era outro e as perguntas de pesquisa que levantava (e o modo como as respondia) ia ao encontro de um processo de inflexão historiográfica, de modo especial, no modo como se encaravam as relações das comunidades quilombolas com o mundo que lhes cercava. Havia, naquele momento, um debate crescente, que avançava amparado em sólidas evidências documentais apontando para o fato de que o isolamento quilombola não era a regra. Ao contrário. Tais comunidades teciam e mantinham relações e contatos sistemáticos com o “mundo exterior”. Esse é um ponto importante que o autor já destacava na tese, recuperando e redimensionando os marcos historiográficos daquele contexto. João José Reis, em seu texto de abertura, também sublinha essa dimensão do trabalho de Funes.

Sem descuidar dos “clássicos” (Roger Bastide, Edson Carneiro, Clóvis Moura e Décio Freitas), as inquietações do pesquisador passavam por outras chaves interpretativas, dentre elas as apontadas por Flávio Gomes nos seus estudos sobre quilombolas na Baixada

Fluminense, de modo especial, aquela que buscava escapar da leitura estrita da “marginalização” dessas comunidades e que enfatizava “ações de enfrentamento e resistência”, mas, sobretudo, as “transformações históricas por elas desencadeadas”.

Funes também se dispunha a enfrentar o que definia como desaparecimento dos quilombolas da história (e, de certo modo compreensível, também da historiografia). Argumentava, àquela altura, que existiam inúmeras perguntas não respondidas por estudiosos de várias áreas do conhecimento. Afinal, que gente era essa e por onde andava quando não estava sendo “escravo” ou “rebelde”? Repetindo o autor: “na História, qual é o papel de ex-escravizados e, em especial dos quilombolas, ou seja, qual é o processo histórico construído por esses atores escondidos no cenário historiográfico?” (p. 56) .

O/a leitor/a bem conectado/a à crescente (e cada vez mais poderosa) produção historiográfica do pós-abolição no Brasil há de reconhecer, de pronto, a reverberação desse tipo de pergunta e uma profusão de possibilidades interpretativas, caminhos de leituras e trajetórias

– individuais e coletivas – de gente negra agindo (sendo gente) fora da escravidão. Era sobre isso que queria chamar a atenção. Os tempos eram outros e o que experimentamos em termos de virada historiográfica nesse campo encontra na então tese de Funes um ponto de apoio significativo.

Quando olhamos para o cenário dos estudos sobre quilombolas/mocambeiros na Amazônia, o livro ganha enorme centralidade. Para começar, é preciso revisitar a questão, muito similar àquela que Eurípedes se confrontou no Ceará: afinal, existiu mesmo escravidão negra na região? Essa pergunta ainda ecoa, de muitas maneiras, na Amazônia do tempo presente. Contudo, sua resposta/contestação vinha sendo elaborada havia muito a partir de trabalhos que são essenciais para o entendimento do tema, entre os quais destaco os escritos pioneiros de Manuel Nunes Pereira (1949) e de Vicente Sales (1971).<sup>4</sup>

Não tenho pretensão de fazer aqui um balanço da historiografia amazônica relativa ao tema. Interessa-me,

4 Ver Patrícia Alves-Melo, “Rompendo o silêncio sobre a presença negra na Amazônia: um breve balanço historiográfico” in César Augusto B. Queirós (org.), *Historiografia amazônica em perspectiva* (Manaus: Editora Valer/FAPEAM, 2020), pp. 249-283.

porém, situar a investigação de *Nasci nas matas* no cenário historiográfico e seus desdobramentos políticos. O argumento excludente do senso comum era simples: se escravidão não havia existido na região, não poderia haver “remanescentes de quilombolas” e, sendo assim, a luta das comunidades negras em defesa de seus territórios nada tinha a ver com os debates e ações que se avolumavam em torno da regulamentação dos direitos quilombolas naquela conjuntura. Dizer isso significa abrir outra dimensão para os usos do conhecimento acadêmico que vai muito além da “contribuição historiográfica”.

No Pará, havia um esforço sistemático e consistente no fortalecimento dessas lutas negras por direitos. Deveria mesmo dizer, gerações em luta, mas, nos limites da temporalidade que estamos analisando, destaco que o trabalho (imprescindível, à moda de Brecht) do Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará (CENDEPA) é uma referência incontornável e, em se tratando das comunidades mocambeiras, relevo ainda os esforços de pesquisa desenvolvidos pela historiadora Rosa Acevedo-Marin e pela socióloga Edna Castro sobre as comunidades do rio Trombetas,

publicado em 1993.<sup>5</sup> Não é surpresa que Funes passe a se somar a esse conjunto de forças e a produzir material consistente para sustentar demandas por direitos, inclusive ajudando a pavimentar os caminhos de pesquisa nos acervos paraenses.

Uma última reflexão que gostaria de compartilhar aqui. Diz respeito à temporalidade do trabalho e às possibilidades de leitura (e releitura) que ele permite. Por razões de militância política e acadêmica na Rede de Historiadorxs Negrxs, tenho sido provocada a refletir sobre o *tempo espiralar* como variável relevante para nossas abordagens. Revisitar *Nasci nas matas* me colocou diante dessa possibilidade, ainda que essa não tenha sido a intenção do autor. Mas a provocação me pareceu válida aqui. Vejam só. Estou tomando a noção de tempo espiralar a partir das intervenções de Leda Maria Martins, poeta e professora da UFMG, que a apresenta como um aporte filosófico-conceitual africano que vai em direção muito distinta do fluxo insopitável do tempo ocidental,

5 Rosa E. Acevedo-Marin e Edna Castro, *Negros do Trombetas: guardiões das matas e dos rios*, Belém: UFGPA 1993. Há uma nova edição, de 1998, pelo Núcleo Altos Estudos Amazônicos .

de matriz newtoniana.<sup>6</sup> Outra noção relevante e inseparável dessa primeira, e essencial para dimensionar o movimento de espiral/encruzilhada, é a de *ancestralidade*.

Martins abre caminhos para uma reflexão sobre temporalidades tomadas em chaves diferenciadas. Não tenciono avançar nessa direção, mas quero sublinhar uma nova versão de leitura que fiz do livro a partir de tais reflexões. O tempo das memórias mocambeiras pareceu-me uma modalidade possível desse tempo espiralar porque – sem correr os riscos dos temíveis anacronismos e ancorado nas suas ancestralidades (“eles eram gente inteligente, era gente da África”) – ele atualiza o ser e estar no mundo de indivíduos/coletividades, ao mesmo tempo que conecta e reconecta lutas pela terra em diferentes dimensões do passado e do presente (“desde que nasci nunca tive senhor”), sem perder de vista o fato de que tais movimentos conectados no espaço/tempo são a expressão da própria existência coletiva: (“os troncos velhos se acabaram, ficou essas raízes, sementezinhas assim como eu, a Dica e o Roxinho”) (p. 33). Como

6 Leda M. Martins, *Performance do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*, Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

escreveu Funes em outra passagem, “tempo de festa, tempo de cheia, tempo de castanha, tempo de fuga” (p.130), uma frase-janela de leitura para modalidades de construção de temporalidades negras e mocambeiras.

Outro elo relevante são as relações das comunidades quilombolas/mocambeiras com os povos indígenas da região, apontando para alianças, trocas e conflitos. Não é desimportante lembrar que muitas comunidades mocambeiras amazônicas se constituíram a partir dessa dupla referência, como demonstram estudos recentes.

A propósito, nota-se um esforço de atualização de algumas referências bibliográficas, mas isso é bastante difícil de fazer considerando o tempo de produção da tese e a chegada dessa edição, além do fato de que isso poderia mesmo ensejar reescritas e essa não foi opção considerada pelo autor. Para mim, *Nasci nas matas* continua sendo uma referência incontornável e um convite instigante para novas investigações. Há muito mais a dizer aqui e sequer mencionei os temas relacionados à religiosidade e às festas, também presentes no livro, mas deixo isso para seus novos (e antigos) leitores. Devo terminar dizendo que o quilombo do Pacoval, palco principal deste livro,

foi certificado pela Fundação Palmares em 2017. É a centralidade da terra

“onde negras sementes resistem reamanehecendo esperanças em nós”.<sup>7</sup>

**Patricia Alves-Melo**  

*Universidade Federal do Amazonas*

doi: 10.9771/aa.v0i67.54996

---

7 Conceição Evaristo, *Poemas da recordação e outros movimentos*, Rio de Janeiro: Malê, 2017.